

**ACORDO DE COOPERAÇÃO
ACADÊMICA INTERNACIONAL
QUE ENTRE SI CELEBRAM A
UNIVERSIDADE FEDERAL DE
LAVRAS (UFLA) E A
UNIVERSIDADE EAN, NA
FORMA ABAIXO:**

Pelo presente Instrumento e na melhor forma da lei, de um lado, a **UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS**, pessoa jurídica de direito público, autarquia especial integrante da Administração Indireta da União, criada pela Lei nº 8.956, de 15 de dezembro de 1994, vinculada ao Ministério da Educação, com sede na cidade de Lavras, Estado de Minas Gerais, Brasil, no *Campus* Universitário, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.078.679/0001-74, doravante denominada **UFLA**, neste ato representada por seu Diretor de Relações Internacionais, **FLÁVIO HENRIQUE VASCONCELOS DE MEDEIROS**, nomeado pela Portaria nº 373, de 14/05/2024, no uso do poder a ele delegado pela Portaria nº 287 de 11/04/2022 e, de outro lado, a **UNIVERSIDADE EAN**, com sede na cidade de Bogotá D.C., Colômbia, na avenida 11# 78 - 47, doravante denominada **EAN**, neste ato representada por seu Representante legal suplente e Vice-reitor Administrativo e Financeiro **CARLOS JULIO BERNAL SEGURA**, portador da cédula de identificação nº 79.330.978 de Bogotá D.C resolvem celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO ACADÊMICA INTERNACIONAL**, que será regido, no que couber, pela Lei nº 14.133/21, pelas demais normas legais pertinentes à matéria, e mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Acordo tem por objeto o estabelecimento de parceria internacional com o escopo de promover o intercâmbio de discentes, de caráter amplo, em nível de graduação e de pós-graduação, e o intercâmbio de docentes pesquisadores e técnicos administrativos (staff), entre a **UFLA** e a **Universidad Ean**.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – No intuito de alcançar o objeto de que trata o *caput* da presente cláusula, as partícipes cumprirão o Plano de Trabalho anexo elaborado de acordo com o disposto na legislação vigente.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – Para os fins do presente Acordo, entender-se-á por instituição anfitriã a partícipe que receber discentes, docentes, pesquisadores e técnicos administrativos para intercâmbio dentro do escopo do presente Instrumento; e por instituição de origem a partícipe da qual o discente, docente, pesquisador ou técnico administrativo, participante do programa de intercâmbio, fizer parte.

DS
FHVDM
Inicial
CJBS

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

As partícipes concordam em promover intercâmbios entre discentes, docentes, pesquisadores e técnicos administrativos das respectivas instituições, oportunidade em que estes cumprirão as atividades estabelecidas no Plano de Trabalho (Anexo I deste Instrumento).

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA– As partícipes, enquanto instituição anfitriã deverá enviar ao órgão apropriado da instituição de origem, ao final da estada do discente, professor, pesquisador e/ou técnico administrativo, um documento oficial, especificando as atividades desenvolvidas e a avaliação recebida, quando for o caso.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA– A partícipes se comprometem a promover a integração dos discentes, docentes, pesquisadores e técnicos administrativos na vida acadêmica da instituição anfitriã, bem como a prover apoio, por meio de suas respectivas Diretorias de Relações Internacionais, incluindo auxílio na procura de moradia, orientação e apoio acadêmico.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO INTERCÂMBIO DE DISCENTES

Os discentes serão selecionados na sua instituição de origem, de acordo com os critérios dessa instituição, observando as exigências e especialidades da instituição anfitriã.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA– Os discentes pagarão todas as taxas de matrícula e mensalidade na sua instituição de origem, não sendo cobradas taxas, de qualquer ordem, na instituição anfitriã.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA– O pagamento de qualquer outra atividade que não seja um curso regular oferecido pela instituição anfitriã tais como, mas sem limitar-se a cursos de idiomas, atividades culturais, entre outras atividades não incluídas na condição de mobilidade, será de responsabilidade do próprio discente.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA– Os discentes serão responsáveis pelo pagamento dos aluguéis e taxas referentes à sua hospedagem e à alimentação, bem como serão responsáveis por suas despesas de viagens, despesas migratórias e por outros gastos com subsistência.

SUBCLÁUSULA QUARTA– Os discentes deverão submeter-se aos regulamentos e demais procedimentos acadêmicos da instituição anfitriã.

SUBCLÁUSULA QUINTA – O número de estudantes incluídos no programa de intercâmbio será definido anualmente.

DS
FHM

Inicial
WBS

SUBCLÁUSULA SEXTA- É vedado o intercâmbio aos estudantes de graduação da UFLA que:

- a) Não tenham concluído, pelo menos, 10% da carga horária total de sua matriz curricular;
- b) Estiverem em estágio curricular obrigatório; e
- c) Estiverem matriculados no último semestre letivo, quando este significar o cumprimento do tempo máximo de integralização.

SUBCLÁUSULA SÉTIMA - Anualmente, as partícipes definirão os aspectos do intercâmbio, tais como áreas, cursos, períodos acadêmicos, entre outros, por meio de Plano de Trabalho específico celebrado pelos coordenadores designados pelas partes.

SUBCLÁUSULA OITAVA - Os discentes deverão possuir um seguro saúde com cobertura ampla, válido pelo período de estudos no país anfitrião. A responsabilidade pela contratação deste seguro será dos próprios discentes. As condições e cobertura do respectivo seguro deverão ser revisadas e aprovadas pela instituição receptora, de acordo com suas diretrizes institucionais.

SUBCLÁUSULA NONA - Os discentes deverão ter o visto apropriado, válido pelo período de estudos no país anfitrião.

SUBCLÁUSULA DÉCIMA - As partícipes, enquanto instituição de origem, reconhecerão os resultados acadêmicos obtidos pelo discente na instituição anfitriã, com base em plano de trabalho previamente acordado entre as partícipes, em seus créditos e/ou carga horária e nas diretrizes institucionais.

CLÁUSULA QUARTA – DO INTERCÂMBIO DE DOCENTES, PESQUISADORES E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS.

Os docentes, pesquisadores e técnicos administrativos interessados em participar do intercâmbio de que trata a presente Cláusula serão selecionados na sua instituição de origem, de acordo com os critérios por ela estabelecidos e observando as exigências e especialidades da instituição anfitriã.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA– O intercâmbio de docentes, pesquisadores e técnicos administrativos será realizado em conformidade com o disposto no Plano de Trabalho específico, anexo ao presente Instrumento, definido de comum acordo entre as partícipes, contendo as atividades, os períodos, o financiamento, a coordenação, entre outros aspectos.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA– Os docentes, pesquisadores e técnicos administrativos participantes serão responsáveis pelo pagamento dos aluguéis e taxas referentes à sua hospedagem, bem como serão responsáveis por suas despesas de viagens, migratórios e por seus gastos com subsistência, a menos que esses gastos estejam incluídos em bolsa concedida nos termos da legislação vigente.

DS
FHVDM

Inicial
WBS

SUBCLÁUSULA TERCEIRA– Os docentes, pesquisadores e técnicos administrativos deverão possuir seguro-saúde com cobertura ampla, válido pelo período de sua estadia no país anfitrião. A responsabilidade pela contratação do seguro será dos próprios docentes, pesquisadores e técnicos administrativos. As condições e coberturas do respectivo seguro deverão ser revisadas e aprovadas pela instituição a que pertence o professor, pesquisador e técnico administrativo, conforme as diretrizes institucionais.

SUBCLÁUSULA QUARTA– Os professores, pesquisadores e técnicos administrativos deverão possuir visto apropriado, válido pelo período de sua estadia no país anfitrião.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

A instituição anfitriã não assumirá responsabilidade civil, judicial ou extrajudicial em relação a nenhum evento danoso que possam sofrer os discentes, docentes, pesquisadores e/ou técnicos administrativos, que participem dos programas de intercâmbio, sejam esses delitos, contravenções, acidentes ou enfermidades de qualquer natureza.

O anterior, em razão a que os estudantes, professores e/ou técnicos administrativos que participem das mobilidades previstas neste convênio, são os responsáveis diretos de seus atos e/ou deverão estar sob um plano de convênio médico internacional conforme as condições estipuladas neste documento. Em todo caso, todo participante dos intercâmbios previstos neste convênio, deverá assinar uma carta de compromisso onde aceita os termos e condições para sua participação, incluindo os definidos por este documento.

SUBCLÁUSULA ÚNICA – A responsabilidade civil prevista como resultado de delitos ou fatos danosos ou culposos que possam ser cometidos por servidores ou funcionários da instituição anfitriã, não será alcançada pela exclusão de responsabilidade prevista no *caput* desta cláusula.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUPERVISÃO

As partícipes farão a designação de suas respectivas Diretorias de Relações Internacionais como supervisoras das atividades resultantes do presente instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA COORDENAÇÃO

No âmbito da **UFLA**, a coordenação executiva e administrativa do intercâmbio de discentes da graduação caberá à Diretoria de Relações Internacionais e a coordenação acadêmica caberá a um docente da **UFLA**, especificamente designado. No âmbito da **EAN**, a coordenação do intercâmbio de discentes, docentes, pesquisadores e técnicos administrativos estará a cargo

DS
FHVDM

Inicial
WBS

da coordenação de mobilidade e projeção global, subordinada à Gerência de Internacionalização e Relações Institucionais ou seu equivalente, por parte do coordenador de Mobilidade.

Nesse sentido, os coordenadores deverão deixar registradas suas decisões, e, de forma anual, deverão atualizar os planos de trabalho específicos que dão alcance ao presente convênio, em concordância com as diretrizes institucionais de cada participante.

SUBCLÁUSULA ÚNICA – Toda e qualquer questão derivada da aplicação e da interpretação deste Instrumento, será submetida, em primeira instância, ao arbítrio dos respectivos coordenadores, que deverão envidar esforços para superar as diferenças suscitadas.

CLÁUSULA OITAVA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

Todos os direitos de propriedade intelectual que cada parte ostente antes de celebrar este convênio ou gere de forma individual, sobre produtos, software, hardware, licenças, garantias, documentos, informação, especificações técnicas e funcionais, metodologias, entre outros, que seja necessário utilizar para a execução do presente convênio, assim como também para seus planos de trabalho específicos, serão e seguirão sendo propriedade da parte a quem lhe pertence, exigindo-se autorização do titular para seu uso.

Não obstante o mencionado, qualquer invenção, obra, criação, melhoria ou inovação tecnológica, a obtenção de um produto ou processo, incluindo o direito de exploração econômica de obras científicas ou literárias, resultado das ações desenvolvidas em conjunto pelas participantes, em virtude do presente Acordo, será objeto de instrumento específico, observando-se em qualquer caso, as normas jurídicas aplicáveis.

Em todo caso, os participantes terão de reconhecer os direitos morais dos autores, criadores, *designers* e inventores.

Finalmente, para efeitos do presente convênio, se considerará parte integral às diretrizes e regulamentos de propriedade intelectual de cada participante, a saber:

8.1. Universidade EAN:

<https://repository.universidadean.edu.co/static/guides/docs/ReglamentoPropiedadIntelectual.pdf>

8.2. UFLA: <https://nintec.ufla.br/site/projetointelectual>

DS
FHVDM

Inicial
CJBS

CLÁUSULA NONA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

De antemão, as Partes asseguram que estão cientes dos direitos, obrigações e sanções aplicáveis a essa normativa, e declaram que têm a obrigação de adotar medidas razoáveis para garantir o cumprimento da referida lei.

As Partes declaram que mantêm políticas de governança corporativa relacionadas à privacidade e proteção de dados pessoais, com medidas de proteção para mitigar os riscos de contingência de incidentes e possíveis sanções para os casos de descumprimento de obrigações legais, nos termos previstos no art. 50 da LGPD brasileira e Lei 1.581 de 2012 da República da Colômbia.

As Partes entram em acordo e garantem que o tratamento de dados pessoais realizado no âmbito deste acordo será realizado exclusivamente para o cumprimento dos objetivos e em relação aos fins para os quais os dados foram recolhidos.

Cada uma das Partes assumirá a responsabilidade por qualquer infração cometida como resultado do tratamento direto de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis de cada país.

As Partes manterão os procedimentos para identificar, resolver e eliminar Incidentes de Segurança da Informação que envolvam Dados Pessoais processados sob este Contrato e cooperarão entre si na investigação de tais Incidentes de Segurança da Informação, desde que os dados sejam coletados para a finalidade específica de cumprir os objeto deste acordo.

Caso o tratamento de dados pessoais seja necessário para o desenvolvimento deste Contrato; as Partes deverão seguir as seguintes instruções:

- Processar apenas os dados pessoais mínimos definidos como relevantes e necessários para execução da finalidade deste Contrato e dos planos de trabalho.
- Restringir o tratamento dos dados pessoais, objeto deste Contrato, exclusivamente aos seus representantes legais, empregados, agentes, consultores, contratados, diretores, representantes ou quaisquer outras pessoas sob sua responsabilidade, direta ou indiretamente, necessárias para a execução do objeto deste Acordo, garantindo que pessoas não vinculadas não tenham acesso à referida informação.
- Garantir que os seus representantes legais, colaboradores, agentes, consultores, contratantes, diretores, representantes ou quaisquer outras pessoas sob a sua responsabilidade direta ou indireta, com acesso a dados pessoais, tenham conhecimento, pelo menos, da legislação sobre proteção de dados e da política de privacidade, proteção dos dados pessoais de cada participante, a fim de proibir qualquer divulgação ou utilização de dados pessoais por motivos diferentes deste Acordo.

DS
FHVDM

Inicial
CJBS

- Prestar assistência mútua, dentro dos limites das obrigações previstas nas Leis de Proteção de Dados de cada país e em suas políticas de proteção de dados pessoais, relacionadas ao cumprimento das solicitações dos titulares de Dados Pessoais no exercício regular de seus direitos.
- Informar a outra Parte, no prazo máximo de 24 horas, caso ocorra qualquer incidente ou suspeita de incidente envolvendo dados pessoais relacionados a este Contrato, devendo também prestar total colaboração em qualquer resolução e/ou investigação.
- Proteger os dados pessoais contra destruição acidental ou ilícita, a perda, alteração e partilha não autorizada.
- Implementar todas as medidas técnicas e administrativas necessárias para atender e garantir o exercício dos direitos dos titulares de dados pessoais previstos na regulamentação aplicável;
- Ao compartilhar dados pessoais coletados entre si e/ou com terceiros previamente autorizados, utilizar canais e/ou ferramentas que cumpram os princípios da troca segura.
- A duração e a finalidade do processamento de dados pessoais estão vinculadas ao presente Acordo, ainda que as obrigações relacionadas com a proteção de dados pessoais sobrevivam à sua cessação.
- Efetuar o fornecimento ou devolução de todos os dados pessoais, sujeitos a tratamento, após o término da vigência do Contrato ou no cumprimento das finalidades de tratamento de dados pessoais previstas neste Termo, salvo se houver determinação judicial que ordenar o armazenamento de tais dados pessoal, conforme previsto na regulamentação aplicável a cada participante.
- Garantir a adoção de meios eficientes e seguros para a disposição de dados pessoais, que não gerem risco legal enquanto a aplicação das sanções definidas na lei.

Em todo caso, serão aplicadas as disposições da Lei Colombiana 1.581 de 2012 e da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.109/18, do Brasil), a regulamentação vigente e as disposições internas de cada entidade, incluindo medidas de segurança de natureza organizacional estabelecida pela Lei 1.581 de 2012, pela Política de Tratamento de Dados Pessoais de cada uma das partes, e demais regulamentações aplicáveis, que garantam a segurança dos dados pessoais e evitam sua alteração, perda, tratamento e/ou acesso não autorizado.

Cada parte garante que, ao recolher os dados pessoais necessários ao cumprimento dos objetivos estabelecidos neste contrato, solicitará a autorização do titular e os conservará, de acordo com o disposto na regulamentação em vigor. A autorização deverá conter as finalidades da recolha, o poder de transmissão e/ou transferência se for o caso e se for estritamente necessário, bem como a citação da política de tratamento de dados.

Por fim, faz parte integral do contrato a política de tratamento de dados da:

^{DS}
FHM

^{Inicial}
WBS



- Universidade EAN, em:
<https://universidadean.edu.co/sites/default/files/institucion/acuerdos/politica-tratamiento-de-datos-personales.pdf>
- UFLA, em: <https://ufla.br/acessoainformacao/lgpd>

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

O presente instrumento não implica compromissos financeiros entre as partícipes. O pagamento dos custos inerentes às atividades eventualmente acordadas correrá por conta de cada um dos estudantes, professores, pesquisadores e/ou técnicos administrativos participarem nos intercâmbios.

SUBCLÁUSULA ÚNICA – É vedada a indenização de uma partícipe à outra, bem como a transferência de recursos financeiros entre si.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RECIPROCIDADE

Cada partícipe oferecerá aos discentes, docentes, pesquisadores e técnicos administrativos que a visitem, um tratamento similar ao dos próprios, tornando possível o acesso aos serviços necessários e reconhecendo os estudos realizados na outra Instituição, nos limites da legislação em vigor em ambos os países.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Instrumento é de 5 (cinco) anos, a contar da data de sua última assinatura, podendo ser prorrogado, caso haja interesse público, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias do vencimento, mediante a assinatura de um adendo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

O presente Acordo poderá ser alterado, exceto quanto ao seu objeto, mediante a formalização de um instrumento jurídico específico pelas partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DENÚNCIA

Qualquer das partícipes poderá denunciar o presente Instrumento, a qualquer tempo e independentemente de justo motivo, desde que comunique à outra a sua intenção com antecedência mínima de trinta (30) dias úteis, fazendo jus aos benefícios ou vantagens até então auferidas e arcando com as responsabilidades das obrigações assumidas durante a respectiva vigência.

DS
FHVDM
Inicial
CWS

Ademais, constitui causa de rescisão do presente acordo de cooperação internacional o descumprimento de qualquer dos termos acordados aqui. Por fim, também se pode rescindir o presente convênio por mútuo acordo entre as partes ou por circunstâncias de força maior ou caso fortuito devidamente provado que impeça sua execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo entre as partes, podendo ser firmados, se necessário, termos aditivos que farão parte integrante deste Instrumento. Em todo caso, as partes deverão redigir respectivo adendo, registrando tais decisões e modificações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– DAS ASSINATURAS

As Partes concordam expressamente em utilizar e reconhecer como válida qualquer forma de prova de consentimento aos termos agora em formato eletrônico, incluídas as assinaturas eletrônicas da plataforma DocuSign (www.docuSign.com), observando os padrões de segurança das respectivas normas nacionais, preservando a garantia de autoria, autenticidade e integridade dos documentos eletrônicos. A formalização de acordos na forma acordada anteriormente será suficiente para a validade e plena vinculação das partes a este acordo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

Para resolver dúvidas e controvérsias que possam surgir na execução e interpretação do presente acordo, as partes se esforçarão na procura de uma solução consensual através dos coordenadores do presente acordo. Não sendo possível a solução, as participantes, em comum acordo designarão um terceiro, especialista em solução amistosa de conflitos internacionais, para atuar como mediador e dirimir as controvérsias. Portanto, com base na legislação de ambos os países envolvidos, acorda-se que o lugar do evento de litígio ou, havendo obrigação a ser cumprida, o lugar de seu cumprimento, definirá a legislação a ser aplicada e o tribunal competente.

E por tanto, sendo justas e acordes, as partes assinam o presente instrumento em duas (2) cópias de idêntico conteúdo e forma, uma (1) em português e uma (1) em espanhol, para o mesmo efeito legal.

^{DS}
FHVDM

Inicial
CJBS



p/ UFLA
Lavras, Brasil, 28/08/2024

p/ EAN
Bogotá, Colombia, 27/08/2024

DocuSigned by:

093D1C90C1B7433...
Flávio Henrique Vasconcelos de Medeiros
Diretor de Relações Internacionais

DocuSigned by:

000EBD0466CB4D1...
Carlos Julio Bernal Segura
Vice-reitor Administrativo e Financeiro

Visto Bueno Jurídico - Universidad Ean

Firmado por:

A5C52AB9B3304AD...
26/08/2024



ANEXO I - ACORDO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

PLANO DE TRABALHO

I – DADOS CADASTRAIS

1. TÍTULO

Acordo de Cooperação Internacional entre a Universidade Federal de Lavras (UFLA) e a Universidad Ean.

2. ÁREA DE ABRANGÊNCIA

- | | |
|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Pesquisa | <input type="checkbox"/> Inovação Tecnológica |
| <input type="checkbox"/> Extensão | <input type="checkbox"/> Extensão Tecnológica |
| <input checked="" type="checkbox"/> Ensino | <input type="checkbox"/> Desenvolvimento Institucional |

3. PRAZO DE EXECUÇÃO DO ACORDO

5 anos.

4. ÓRGÃO EXECUTOR NA UFLA

Diretoria de Relações Internacionais (DRI)

5. MARCO JURÍDICO

Legislação brasileira: Lei nº 14.133/2021.

6. PARCEIROS

6.1. CELEBRANTE 1

1. Tipo de participação Partícipe		2. Razão Social UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	
3. Endereço da sede (av., rua, nº, bairro) Campus Universitário, s/n			4. 22.078.679/0001-74
5. Cidade/Estado Lavras/MG	6. País Brasil	7. Código Postal 37.200-900	8. Telefone (35) 3829-1858
9. Nome do representante legal Flávio Henrique Vasconcelos de Medeiros		10. Cargo Diretor de Relações Internacionais	

6.2. CELEBRANTE 2

1. Tipo de participação Partícipe		2. Razão Social UNIVERSIDAD EAN	
3. Endereço da sede (av., rua, nº, bairro) Carrera 11#79-47			4. Registro 860026058-1
5. Cidade/Estado Bogotá	6. País Colômbia	7. Código Postal 110221	8. Telefone (601) 22 22800
9. Nome do representante legal Carlos Julio Bernal Segura		11. Cargo Vice-reitor Administrativo e financeiro	

II – DESCRIÇÃO

7. OBJETIVO

Estabelecimento de uma parceria internacional para a mobilidade de estudantes, professores e técnicos administrativos entre a **UFLA** e a **Universidad Ean**, com o objetivo de desenvolver atividades relacionadas ao ensino e à pesquisa em áreas de interesse mútuo entre os participantes.

8. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Será determinado anualmente o número de vagas para mobilidade durante o período do acordo geral. As instituições concordam que esse número será dividido em cada semestre de acordo com o interesse dos discentes, docentes e técnicos administrativos, bem como das instituições. O intercâmbio dependerá da indicação prévia da instituição de origem e da aprovação da instituição anfitriã, que posteriormente fornecerá ao aluno uma carta de aceite para fins de visto.

9. JUSTIFICATIVA

O presente Plano de Trabalho, referente ao Acordo de Cooperação Acadêmica Internacional firmado entre a UFLA e a EAN, justifica-se na medida em que alcança a pluralidade de significados atribuídos ao "interesse público", consagrado nos julgados do Superior Tribunal de Justiça, como o interesse pessoal de um ou de um grupo de indivíduos enquanto "participes de uma coletividade maior na qual estão inseridos".

No caso, refere-se ao interesse de toda a comunidade acadêmica da UFLA, que se beneficia do intercâmbio entre os parceiros e do fortalecimento dos laços entre eles. A dimensão do interesse público vinculado ao interesse estatal da Administração Pública também é contemplada nessa proposta que converge com o interesse da UFLA, como autarquia especial integrante da Administração Indireta da União, de aprimorar sua política de internacionalização, tema de extrema relevância na agenda de desenvolvimento e posicionamento do Brasil no cenário global.

De fato, essa proposta está em consonância com os cinco eixos do Programa de Internacionalização da UFLA, lançado em 2023, tais como: (i) desenvolver um ambiente educacional multilíngue; (ii) ampliar a cooperação internacional da instituição; (iii) estimular a produção científica e tecnológica internacionalizada; (iv) alinhar as rotinas e os processos de gestão aos praticados internacionalmente e, por fim, (v) aumentar a visibilidade e o reconhecimento internacional da Universidade.

Por fim, destaca-se também a interpretação do interesse público relacionado à garantia dos direitos fundamentais, inclusive os sociais. Sob essa perspectiva, o Acordo proposto é relevante, pois afeta interesses relacionados à educação (direitos sociais consagrados no artigo 6º (sexto) da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988), facilitando iniciativas de treinamento e produção de conhecimento.

10. RESULTADOS ESPERADOS

Promoção de mobilidades entre a UFLA e a Universidad Ean a fim de enviar e receber discentes, docentes e técnicos administrativos de diversas áreas de estudo e de pesquisas conjuntas que resultem no aprimoramento das habilidades intelectuais e técnicas dos discentes. Aumento da internacionalização da UFLA por meio de: (i) mobilidades acadêmicas; (ii) formação de profissionais capacitados internacionalmente em virtude da realização de intercâmbio e (iii) contribuição com o programa Brother UFLA por parte dos discentes egressos das mobilidades.

III – COORDENAÇÃO

11. COORDENADORES

Função Coordenadora	Nome Alejandra Torres Herrera	
Instituição Universidad Ean	Cargo/Função Coordenadora de Mobilidade e Projeção Global	Meta(s) de que participará I-V

IV – CRONOGRAMA

12. DESCRIÇÃO DAS METAS

ETAPA/FASE	META	ATIVIDADES	DURAÇÃO	
			INÍCIO	TÉRMINO
I	Estabelecimento do número de mobilidades para o semestre.	Contato entre as instituições para definir número de vagas e condições das mobilidades, bem como período de nomeação e requisitos.	Ano 1	Ano 2
II	Execução das mobilidades	Realização das inscrições, processo de nomeação e fornecimento de instruções aos selecionados.	Ano 1	Ano 2



UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS - UFLA
OFICINA DE RELACIONES INTERNACIONALES - DRI

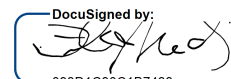
Fono: (35) 3829-1858 - E-mail: dri@ufla.br

ETAPA/FASE	META	ATIVIDADES	DURAÇÃO	
			INÍCIO	TÉRMINO
III	Atividades de cooperação em pesquisas conjuntas	Contato entre as universidades para definição de áreas comuns de interesse para pesquisa conjunta.	Ano 1	Ano 2
IV	Novos ciclos de mobilidade	Novo contato para o estabelecimento das próximas mobilidades.	Ano 2	Ano 5
V	Informe e análise das mobilidades	As universidades avaliarão os resultados das mobilidades e a continuidade da cooperação.	Ano 4	Ano 5

V – DECLARAÇÃO DO COORDENADOR PELA UFLA

13. DECLARAÇÃO

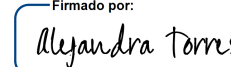
Declaro, para os devidos fins de direito, que o presente Plano de Trabalho foi apreciado e aprovado por mim.

Nome Flávio Henrique Vasconcelos de Medeiros	Assinatura 
Cargo Diretor de Relações Internacionais	Data 28/08/2024

VI – DECLARAÇÃO DO COORDENADOR PELA EAN

14. DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins de direito, que o presente Plano de Trabalho foi apreciado e aprovado por mim.

Nome Alejandra Torres Herrera	Assinatura 
Cargo Coordenadora de Mobilidade e Projeção Global	Data 26/08/2024



**ACUERDO DE COOPERACIÓN
INTERNACIONAL PARA
MOVILIDAD ACADÉMICA QUE
FIRMAN ENTRE SÍ LA
UNIVERSIDAD FEDERAL DE
LAVRAS (UFLA) Y LA
UNIVERSIDAD EAN COMO
SIGUE:**

Por el presente Instrumento y en la mejor forma de la ley, por una parte, la **UNIVERSIDAD FEDERAL DE LAVRAS**, persona jurídica de derecho público, autarquía especial miembro de la Administración Indirecta de la Unión, creada por la Ley n° 8.956, del 15 de diciembre de 1994, vinculada al Ministerio de Educación, con sede en la ciudad de Lavras, Minas Gerais, Brasil en el Campus Universitario, inscrita en el CNPJ/MF bajo el n° 22.078.679/0001-74, en adelante denominada **UFLA**, representada en este acto por su Director de Relaciones Internacionales, **FLÁVIO HENRIQUE VASCONCELOS DE MEDEIROS**, nombrado por la Ordenanza n° 373, de 14/05/2024, en el uso de la competencia que le fue otorgada por la Ordenanza n° 287, de 11/04/2022 y, por otro lado, **UNIVERSIDAD EAN**, con sede en la ciudad de Bogotá D.C., En Colombia, en la carrera 11# 78 - 47 en adelante denominada la **EAN**, representada en este acto por su Representante legal suplente y Vicerrector Administrativo y Financiero **CARLOS JULIO BERNAL SEGURA** portador de la Cédula de Ciudadanía n° 79.330.978 de Bogotá D.C, resuelven celebrar este **ACUERDO DE COOPERACIÓN INTERNACIONAL PARA MOVILIDAD ACADÉMICA**, el cual se registrará por la Ley n° 14.133/21, por las demás normas jurídicas relativas a la materia, y en las cláusulas y condiciones que se exponen a continuación:

CLÁUSULA PRIMERA - OBJETO

El presente Acuerdo tiene por objeto el establecimiento de una alianza internacional con el objetivo de promover el intercambio de estudiantes, de carácter amplio, a nivel de grado y posgrado, y el intercambio de profesores, investigadores y técnicos administrativos, entre la **UFLA** y la **EAN**.

SUB-CLÁUSULA PRIMERA - Con el fin de lograr el objetivo de que trata el encabezado de esta cláusula, las participantes cumplirán con el Plan de Trabajo (Anexo I del presente instrumento) elaborado de conformidad con la legislación vigente.

SUB-CLÁUSULA SEGUNDA - Para los efectos del presente Acuerdo, se entenderá por institución receptora la participante que reciba a los estudiantes, profesores, investigadores y técnicos administrativos para intercambio en el ámbito de este Instrumento; y por institución de origen la participante de la cual

DS
FHVDM

Inicial
CJBS



el estudiante, profesor, investigador o técnico administrativo, es participante en el programa de intercambio.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBLIGACIONES

Las participantes acuerdan promover intercambios entre los estudiantes, profesores investigadores y técnicos administrativos de las respectivas instituciones, oportunidad en la que aquellos cumplirán las actividades establecidas en el Plan de Trabajo (Anexo I del presente instrumento).

SUB-CLÁUSULA PRIMERA - Las participantes, como institución receptora, deberán enviar a la oficina correspondiente de la institución de origen, al final de la estancia del estudiante, un documento oficial, especificando las actividades desarrolladas y la evaluación recibida, en su caso.

SUB-CLÁUSULA SEGUNDA- Las participantes se comprometen a fomentar la integración de los estudiantes, profesores, investigadores y técnicos administrativos en la vida académica de la institución receptora, así como a prestar apoyo, a través de sus respectivos Directorios de Relaciones Internacionales, incluida la asistencia en la búsqueda por vivienda, orientación y apoyo académico.

CLÁUSULA TERCERA - INTERCAMBIO DE ESTUDIANTES

Los estudiantes serán seleccionados en su institución de origen, de conformidad con los criterios de esa institución, observando los requisitos y especialidades de la institución receptora.

SUB-CLÁUSULA PRIMERA - Los estudiantes pagarán todas las tasas de matrícula y la mensualidad en su institución de origen y no se cobrarán tasas, de cualquier orden, en la institución receptora.

SUB-CLÁUSULA SEGUNDA - El pago de cualquier otra actividad que no sea de un curso regular ofrecido por la institución receptora será de responsabilidad del propio estudiante.

SUB-CLÁUSULA TERCERA- Los estudiantes serán responsables por el pago de los arrendamientos y tasas relacionados con su alojamiento, alimentación y transporte, así como serán responsables por sus gastos de viaje y otros gastos de subsistencia.

SUB-CLÁUSULA CUARTA - Los estudiantes deben someterse a los reglamentos y otros procedimientos académicos existentes en la institución receptora.

SUB-CLÁUSULA QUINTA – El número de alumnos incluidos en el programa de intercambio se definirá anualmente.

^{DS}
FHVDM

^{Inicial}
WBS



SUB-CLÁUSULA SEXTA - Está prohibido el intercambio a los estudiantes de graduación de la UFLA que:

- a) no hayan concluido al menos el 10% de la carga horaria total de su matriz curricular;
- b) se encuentren en una fase de pasantía obligatoria; y
- c) Estén matriculados en el último semestre lectivo, cuando éste signifique el cumplimiento del tiempo máximo de integralización.

SUB-CLÁUSULA SÉPTIMA - A cada año, las participantes definirán los aspectos del intercambio, tales como las áreas, cursos, períodos académicos, entre otros, a través de un Plan de Trabajo específico.

SUB-CLÁUSULA OCTAVA - Los estudiantes deberán tener un seguro de salud con cobertura completa y válida por el periodo de estudios en el país de acogida. La responsabilidad de contratar ese seguro será de los propios estudiantes.

SUB-CLÁUSULA NOVENA - Los estudiantes deberán tener el correspondiente visado válido por el período de estudios en el país de acogida.

SUB-CLÁUSULA DÉCIMA - Las participantes, como institución de origen, reconocerán los logros académicos obtenidos por los estudiantes en la institución receptora, basado en plan de trabajo acordado previamente entre las participantes y en sus créditos y/o carga horaria.

CLÁUSULA CUARTA - INTERCAMBIO DE PROFESORES, INVESTIGADORES Y TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS

Los profesores, investigadores y técnicos administrativos interesados en participar en el intercambio regulado por la presente Cláusula serán seleccionados en su institución de origen, de conformidad con los criterios establecidos por la misma y observando los requisitos y especialidades de la institución receptora.

SUB-CLÁUSULA PRIMERA - El intercambio de profesores, investigadores y técnicos administrativos se llevará a cabo de conformidad con lo dispuesto en el Plan de Trabajo específico, adjunto al presente Instrumento, definido de común acuerdo entre las participantes, conteniendo las actividades, los periodos, la financiación, la coordinación, entre otros aspectos.

SUB-CLÁUSULA SEGUNDA - Los profesores, investigadores y técnicos administrativos participantes serán responsables por el pago de los arrendamientos y tasas relacionados con su alojamiento y serán responsables por sus gastos de viaje y por sus gastos de subsistencia, a menos que estos gastos estén incluidos en la beca concedida en virtud de la legislación vigente.

SUB-CLÁUSULA TERCERA - Los profesores, investigadores y técnicos administrativos deberán tener un seguro de salud con cobertura completa y

^{DS}
FHVDM

^{Inicial}
WBS



válida durante el periodo de su estancia en el país de acogida. La responsabilidad por la contratación del seguro será de los propios profesores, investigadores y técnicos administrativos.

SUB-CLÁUSULA CUARTA - Los profesores, investigadores y técnicos administrativos deberán tener el correspondiente visado válido por la duración de su estancia en el país de acogida.

CLÁUSULA QUINTA - RESPONSABILIDAD CIVIL

La institución receptora no asumirá la responsabilidad civil, judicial o extrajudicial con relación a cualquier evento dañoso que pueda afectar a los estudiantes, profesores investigadores y/o técnicos administrativos que participen en los programas de intercambio, sean estos delitos, infracciones, accidentes o enfermedades de cualquier tipo.

Lo anterior, en razón a que los estudiantes, profesores, investigadores y/o técnicos administrativos que participen en las movilidades previstas en este convenio, son los directos responsables de sus actos y/o deberán estar cubiertos por un seguro médico internacional conforme las condiciones estipuladas en este documento. En todo caso, todo participante de los intercambios previstos en este convenio, deberá suscribir una carta compromiso en donde acepta los términos y condiciones para su participación, incluyendo las definidas en este documento.

SUB-CLÁUSULA ÚNICA - La responsabilidad civil prevista como consecuencia de delitos o de hechos dañosos o culposos que puedan ser cometidos por funcionarios o empleados de la institución receptora, no será alcanzada por la exclusión de la responsabilidad establecida en el *encabezado* de esta cláusula.

CLÁUSULA SEXTA – SUPERVISIÓN

Los participantes designarán a sus respectivas Direcciones de Relaciones Internacionales como supervisoras de las actividades resultantes de este instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DE LA COORDINACIÓN

Dentro del ámbito de la UFLA, la coordinación ejecutiva/administrativa del intercambio de estudiantes de graduación estará a cargo del Directorio de Relaciones Internacionales y la coordinación académica estará a cargo de un docente de la UFLA. Dentro del ámbito de EAN, la coordinación del intercambio de estudiantes, profesores, investigadores y técnicos administrativos estará a cargo de la coordinación de movilidad y proyección global, adscrita a la Gerencia de Internacionalización y Relaciones Institucionales o quien haga sus veces, a cargo del coordinador de Movilidad.

^{DS}
FHVDM

^{Inicial}
WBS



En este sentido, los coordinadores deberán dejar constancia de sus decisiones y, de forma anual, deberán actualizar los planes de trabajo específicos que dan alcance al presente convenio, de acuerdo con los lineamientos institucionales de cada participante.

SUBCLÁUSULA ÚNICA – Todas y cada una de las cuestiones que surjan de la aplicación e interpretación del presente Instrumento se someterán, en primera instancia, a la discreción de los respectivos coordinadores, quienes deberán esforzarse por superar las diferencias planteadas.

CLÁUSULA OCTAVA - PROPIEDAD INTELECTUAL

Todos los derechos de propiedad intelectual que cada parte ostente antes de suscribir este convenio o genere de forma individual, sobre productos, software, hardware, licencias, garantías, documentos, información, especificaciones técnicas y funcionales, metodologías, entre otros, que sea necesario utilizar para la ejecución del presente Convenio así como también para sus planes de trabajo específicos, serán y seguirán siendo propiedad de la parte a quien le pertenece, y por tanto, se exige la autorización del titular para su uso.

No obstante lo anterior, cualquier invención, obra, creación, mejora o innovación tecnológica, la obtención de un producto o proceso, incluyendo el derecho de explotación económica de obras científicas o literarias, resultantes de las acciones desarrolladas en conjunto por las participantes, en virtud del presente Acuerdo, estarán sujetos a un instrumento específico, respetando, en todo caso, las disposiciones legales aplicables.

En todo caso, los participantes reconocerán los derechos morales de los autores, creadores, diseñadores e inventores.

Finalmente, para efectos del presente Convenio, se considerará parte integral los lineamientos y reglamentos de Propiedad Intelectual de cada participante, a saber:

8.1. Universidad Ean:

<https://repository.universidadean.edu.co/static/guides/docs/ReglamentoPropiedadIntelectual.pdf>

8.2. UFLA:

<https://nintec.ufla.br/site/projetointelectual>

CLÁUSULA NOVENA - PROTECCIÓN DE DATOS PERSONALES

De antemano, las Partes se aseguran conocer los derechos, obligaciones y sanciones aplicables de dicha normativa, y declaran que tienen la obligación de adoptar medidas razonables para asegurar el cumplimiento de dicha ley.

^{DS}
FHVDM

^{Inicial}
WBS



Las Partes declaran que mantienen políticas de gobierno corporativo relacionadas con la privacidad y protección de datos personales, con medidas de protección para mitigar los riesgos de contingencia de incidentes y posibles sanciones para los casos de incumplimiento de las obligaciones legales, en los términos previstos en el art. 50 de la LGPD brasilera y la Ley 1581 del 2012 de la República de Colombia.

Las Partes acuerdan y garantizarán que el tratamiento de datos personales que se efectúe en virtud del presente convenio se efectuará únicamente para el cumplimiento de los objetivos del mismo y en relación con las finalidades para las cuales fue recolectado el dato.

Cada una de las Partes asumirá la responsabilidad por cualquier infracción cometida como resultado del tratamiento realizado directa, por datos personales en contravención de las normas legales aplicables de cada país.

Las Partes mantendrán procedimientos para identificar, resolver y eliminar Incidentes de Seguridad de la Información que involucren Datos Personales procesados bajo este Acuerdo y cooperarán entre sí en la investigación de dichos Incidentes de Seguridad de la Información, siempre que se trate de datos recolectados con la finalidad específica de cumplir el objeto de este acuerdo.

En caso en que el tratamiento de datos personales sea necesario para el desarrollo del presente Convenio; las Partes deben seguir las siguientes instrucciones:

- Tratar solo los datos personales mínimos definidos como relevantes y necesarios para la ejecución del objeto de este Convenio y los planes de trabajo.
- Restringir el tratamiento de datos personales, objeto de este Convenio, exclusivamente a sus representantes legales, empleados, agentes, consultores, contratistas, directores, representantes o cualesquiera otras personas bajo su responsabilidad, directa o indirectamente, necesarios para la ejecución del objeto de este Acuerdo, asegurando que las personas no vinculadas no tengan acceso a dicha información.
- Asegurar que sus representantes legales, empleados, agentes, consultores, contratistas, directores, representantes o cualesquiera otras personas bajo su responsabilidad directa o indirecta, con acceso a datos personales, conocen al menos la legislación en materia de protección de datos y la política de protección de datos personales de cada participante, con el fin de prohibir cualquier divulgación o uso de datos personales por motivos distintos a este Convenio.
- Prestarse asistencia entre sí, dentro de los límites de las obligaciones previstas en las Leyes de Protección de Datos de cada país y sus políticas de protección de datos personales, relacionadas con el

^{DS}
FHVDM

^{Inicial}
CJBS



cumplimiento de las solicitudes de los titulares de Datos Personales en el ejercicio regular de sus derechos.

- Informar a la otra Parte, en un plazo máximo de 24 horas, en caso de cualquier incidente o sospecha de incidente que involucre datos personales relacionados con este Acuerdo, debiendo además prestar su plena colaboración en cualquier resolución y/o investigación.
- Proteger los datos personales en contra de la destrucción accidental o ilícita, la pérdida, alteración y uso compartido no autorizado.
- Implementar todas las medidas técnicas y administrativas necesarias para atender y garantizar el ejercicio de los derechos de los titulares de datos personales previstos en la normativa aplicable;
- Al compartir datos personales recopilados entre sí y/o con terceros previamente autorizados, hacer el uso de canales y/o herramientas que cumplan con los principios de intercambio seguro.
- La duración y el propósito del procesamiento de datos personales están vinculados a este Convenio, a pesar de que las obligaciones relacionadas con la protección de datos personales sobrevivan a su terminación.
- Efectuar la disposición o devolución de todos los datos personales, objeto de tratamiento, con posterioridad a la finalización del plazo del Convenio o en cumplimiento de las finalidades de tratamiento de datos personales previstas en este Término, excepto si existe una determinación judicial que ordene el almacenamiento de tales datos personales, según lo dispuesto en la normativa aplicable para cada participante.
- Garantizar la adopción de medios eficientes y seguros para la disposición de los datos personales, que no generen riesgo legal en cuanto a la aplicación de las sanciones definidas por la ley.

En todo caso, se aplicará lo dispuesto en la Ley colombiana 1581 de 2012 y en la Ley General de Protección de Datos (Ley 13.109/18, de Brasil), la normatividad vigente y las disposiciones internas de cada entidad, incluyendo las medidas de seguridad de índole técnica y organizativas establecidas por la Ley 1581 de 2012, la Política de Tratamiento de Datos Personales de cada una de las partes, y demás normas aplicables, que garanticen la seguridad de los datos de carácter personal y eviten su alteración, pérdida, tratamiento y/o acceso no autorizado.

Cada parte garantiza que, al recolectar los datos personales necesarios para el cumplimiento de los objetivos planteados en este convenio, solicitará la autorización del titular y la conservará, de conformidad con lo establecido en la normativa vigente. La autorización debe contener las finalidades de la recolección, facultad de transmisión y/o transferencia en caso de aplicar y de que sea estrictamente necesario, así como también, la citación de la política de tratamiento de datos.

Finalmente, hace parte integral del presente Convenio la política de tratamiento de datos:

DS
FHVDM

Inicial
WBS



Universidad Ean, en:

<https://universidadean.edu.co/sites/default/files/institucion/acuerdos/politica-tratamiento-de-datos-personales.pdf>

UFLA, en: <https://ufla.br/acessoainformacao/lcpd>

CLÁUSULA DÉCIMA - RECURSOS FINANCIEROS

Este instrumento no implica compromisos financieros entre las participantes. El pago de los costos inherentes a las actividades eventualmente acordadas estará a cargo de cada uno de los estudiantes, profesores, investigadores y/o técnicos administrativos que participen en los intercambios.

SUB-CLÁUSULA ÚNICA- Está prohibida la transferencia de fondos entre sí.

CLÁUSULA DÉCIMO PRIMERA - RECIPROCIDAD

Cada participante proporcionará a los estudiantes, profesores, investigadores y técnicos administrativos que la visiten, un tratamiento similar al dispensado a los suyos, haciendo posible el acceso a los servicios necesarios y el reconocimiento de los estudios realizados en otra institución dentro de los límites de la ley vigente en ambos países.

CLÁUSULA DÉCIMO SEGUNDA - PLAZO

El plazo de vigencia de este Instrumento es de 05 años, a partir de la fecha de su última firma y podrá prorrogarse, si existe interés público, con antelación de un mínimo de treinta (30) días de la fecha de vencimiento, mediante un término de adición.

CLÁUSULA DÉCIMO TERCERA - MODIFICACIONES

El presente Acuerdo podrá ser modificado, excepto en cuanto a su objeto, mediante la formalización de un instrumento jurídico específico por las participantes.

CLÁUSULA DÉCIMO CUARTA - TERMINACIÓN

Cualquiera de las participantes podrá terminar este Instrumento a cualquier momento e independientemente de una causa justa, bajo la condición de que comunique a la otra o parte su intención con por lo menos treinta (30) días comunes de anticipación, y cumpla con los beneficios o ventajas obtenidos anteriormente y asuma las responsabilidades de las obligaciones durante su respectiva duración.

^{DS}
FHM

^{Inicial}
CWS



Asimismo, constituye causa de rescisión del presente Acuerdo de Cooperación Internacional el incumplimiento de cualquiera de los términos acordados aquí. Finalmente, también se puede terminar el presente convenio por mutuo acuerdo entre las partes o por circunstancias de fuerza mayor o caso fortuito debidamente probado que impida su ejecución.

CLÁUSULA DÉCIMO QUINTA - CASOS OMISOS

Los casos omisos o no previstos en el presente convenio serán resueltos de común acuerdo entre las participantes, y podrán ser firmados, en su caso, los términos adicionales que serán parte integrante del presente Instrumento. En todo caso, las partes deberán suscribir el respectivo otrosí para dejar constancia de estas decisiones y modificaciones

CLÁUSULA DÉCIMO SEXTA – DE LA SUSCRIPCIÓN

Las Partes acuerdan expresamente utilizar y reconocer como válida cualquier forma de prueba de consentimiento a los términos ahora en formato electrónico, incluidas las firmas electrónicas de la plataforma DocuSign (www.docusign.com), observando los estándares de seguridad de las respectivas normas nacionales, preservando la garantía de autoría, autenticidad e integridad de los documentos electrónicos. La formalización de convenios de la forma anterior acordada será suficiente para la validez y la plena vinculación de las partes a este acuerdo.

CLÁUSULA DÉCIMO SÉPTIMA–SOLUCIÓN DE CONTROVERSIAS

Para resolver las dudas y controversias que puedan suscitarse en la ejecución e interpretación del presente Acuerdo, las partes se esforzarán en la búsqueda de una solución consensuada a través de los coordinadores del presente Acuerdo. No siendo posible la solución, las partes de común acuerdo designarán un tercero especialista en solución amistosa de conflictos internacionales, para actuar como mediador y dirimir las controversias. Por lo tanto, con base en la legislación de ambos países involucrados, se acuerda que el lugar de evento del litigio o, habiendo obligación a ser cumplida, el lugar de su cumplimiento, definirá el derecho aplicado y el tribunal competente.

Y por lo tanto, ser justo y acordes, las participes firman el presente instrumento en dos (2) copias de idéntico contenido y forma, una (1) en portugués y una (1) en español, para el mismo efecto legal.

^{DS}
FHVDM

Inicial
CJBS



UNIVERSIDAD FEDERAL DE LAVRAS - UFLA
OFICINA DE RELACIONES INTERNACIONALES - DRI
Fono: (35) 3829-1858 - E-mail: dri@ufla.br

p/ UFLA
Lavras, Brasil, 28/08/2024

p/ EAN
Bogotá, Colombia 27/08/2024

DocuSigned by:

093D1C90C1B7433...

Flávio Henrique Vasconcelos de Medeiros
Director de Relaciones Internacionales

DocuSigned by:

000EBD0466CB4D1...

Carlos Julio Bernal Segura
Vicerrector Administrativo y Financiero

Visto Bueno Jurídico - Universidad Ean

Firmado por:

A5CE2AB9B3204AD...
26/08/2024



ANEXO I – ACUERDO DE COOPERACIÓN INTERNACIONAL

PLAN DE TRABAJO

I – DATOS DE REGISTRO

1. TÍTULO

Acuerdo de Cooperación Internacional entre la Universidade Federal de Lavras (UFLA) y la Universidad Ean.

2. ÁREA DE COBERTURA

- | | |
|---|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> Investigación | <input type="checkbox"/> Innovación Tecnológica |
| <input type="checkbox"/> Extensión | <input type="checkbox"/> Extensión Tecnológica |
| <input checked="" type="checkbox"/> Enseñanza | <input type="checkbox"/> Desarrollo Institucional |

3. PLAZO REQUERIDO PARA EJECUTAR EL ACUERDO

5 años

4. ÓRGANO EJECUTOR EN LA UFLA

Oficina de Relaciones Internacionales (DRI).

5. MARCO JURÍDICO

Legislación brasileña: Ley nº 14.133/2021.

6. PARTES DEL ACUERDO

6.1. CELEBRANTE 1

1. Tipo de participación Participante	2. Razón Social UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS		
3. Dirección (av., calle, nº, barrio) Campus Universitário, s/n		4. Registro Federal 22.078.679/0001-74	
5. Ciudad/Estado Lavras/MG	6. País Brasil	7. Código Postal 37.200-900	8. Teléfono (35) 3829-1858
9. Nombre del representante legal Flávio Henrique Vasconcelos de Medeiros		10. Posición Director de Relaciones Internacionales	

6.2. CELEBRANTE 2

1. Tipo de participación Participante	2. Razón Social UNIVERSIDAD EAN		
3. Dirección (av., calle, nº, barrio) Carrera 11#79-47		8. Teléfono (601) 2222800	
5. Ciudad/Estado Bogotá	6. País Colombia	11. Cargo Vicerrector Administrativo y Financiero	
9. Nombre del representante legal Carlos Julio Bernal Segura			

II – DESCRIPCIÓN

7. OBJETIVO GENERAL

Establecimiento de una alianza internacional para movilidad de estudiantes, profesores y técnicos administrativos entre la UFLA y la **Universidad Ean**, a fin de desarrollar actividades relacionadas a la enseñanza y investigación en áreas de interés mutuo entre las participantes.

8. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Determinar anualmente el número de vacantes por movilidad durante el período del convenio general. Las instituciones acuerdan que este número se dividirá en cada semestre de acuerdo con el interés de los estudiantes, profesores y técnicos administrativos, así como de las instituciones. El intercambio de estudiantes depende de la indicación previa de la institución de origen y la aprobación de la institución de acogida, que posteriormente proporcionará al estudiante una carta de aceptación a efectos de visado.



9. JUSTIFICACIÓN

Este Plan de Trabajo, relativo al Acuerdo de Cooperación Académica Internacional suscrito entre la **UFLA** y la **Universidad Ean** se justifica en la medida en que alcanza la pluralidad de significados asignados al "interés público", consagrada en las sentencias del Tribunal Superior de Justicia, como el interés personal de uno o un grupo de individuos como "participantes en una colectividad más grande en la que están insertos".

En este caso, se refiere al interés de toda la comunidad académica de la UFLA, beneficiada por el intercambio entre los socios y el fortalecimiento de los lazos entre ellos. La dimensión del interés público ligado al interés estatal de la Administración Pública también está contemplada en esta propuesta que converge con el interés de la UFLA, como municipio especial miembro de la Administración Indirecta de la Unión, de mejorar su política de internacionalización, un tema de extrema relevancia en la agenda de desarrollo y posicionamiento de Brasil en el escenario global.

De hecho, esta propuesta está en línea con los cinco ejes del Programa de Internacionalización de la UFLA lanzado en 2023, tales como: (i) desarrollar un entorno educativo multilingüe; (ii) ampliar la cooperación internacional de la institución; (iii) estimular la producción científica y tecnológica internacionalizada; (iv) alinear las rutinas y procesos de gestión con los practicados internacionalmente y, finalmente, (v) aumentar la visibilidad y el reconocimiento internacional de la Universidad.

Finalmente, se destaca asimismo la interpretación del interés público relacionado a la garantía de los derechos fundamentales, entre los cuales están los derechos sociales. El Acuerdo propuesto es, a partir de esa perspectiva, relevante, una vez que afecta intereses relacionados con la educación (derechos sociales consagrados en el artículo sexto (6) de la Constitución de la República Federativa de Brasil de 1988), facilitando iniciativas de formación y producción de conocimiento.

10. RESULTADOS ESPERADOS

Promoción de movilidades entre la **UFLA** y la **Universidad Ean** a fin de enviar y recibir estudiantes, profesores y técnicos administrativos de los más diversos campos de estudio e investigación, para que resulte en la mejora de sus habilidades intelectuales y técnicas de los estudiantes. Ampliación de la internacionalización de la UFLA por medio de: (i) movilidades académicas; (ii) formación de profesionales capacitados internacionalmente en virtud de la realización del intercambio y (iii) contribución con el programa "Brother UFLA" por parte de los estudiantes egresados de las movilidades.

III – EQUIPO

11. MIEMBROS PREDEFINIDOS

Función Coordinadora	Nombre Alejandra Torres Herrera		
Institución Universidad Ean	Posición Coordinadora del Movilidad	Objetivo(s) en que participará I-V	

IV– CRONOGRAMA

12. DESCRIPCIÓN DE LOS OBJETIVOS

ETAPA/FASE	META	ACTIVIDADES	DURACIÓN	
			INICIO	TÉRMINO
I	Definición del número de movilidades en el semestre.	Contacto entre las instituciones para establecer el número de vacantes y condiciones de la movilidad, como periodo de nombramiento y requisitos.	Año 1	Año 2



UNIVERSIDAD FEDERAL DE LAVRAS - UFLA
OFICINA DE RELACIONES INTERNACIONALES - DRI

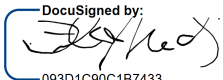
Fono: (35) 3829-1858 - E-mail: dri@ufla.br

ETAPA/FASE	META	ACTIVIDADES	DURACIÓN	
			INÍCIO	TÉRMINO
II	Ejecución de las movilidades	Realización de las inscripciones, procesos de nombramiento e oferta de instrucciones a los seleccionados.	Año 1	Año 2
III	Actividades de cooperación en investigación conjunta	Contacto entre las universidades para definición de áreas comunes de interés para investigación conjunta.	Año 1	Año 2
IV	Nuevos ciclos de movilidades	Nuevo contacto para el establecimiento de las próximas movilidades	Año 2	Año 5
V	Informe y análisis de las movilidades	Las universidades evaluarán los resultados de las movilidades y la continuación de la cooperación.	Año 4	Año 5

V- DECLARACIÓN DEL COORDINADOR EN LA UFLA

13. DECLARACIÓN

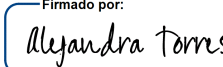
Declaro, para los debidos fines de derecho, que el presente Plan de Trabajo ha sido apreciado y aprobado por mi.

Nombre Flávio Henrique Vasconcelos de Medeiros		Firma  DocuSigned by: 093D1C90C1B7433
Posición/Cargo Director de Relaciones Internacionales	Fecha 28/08/2024	

VI - DECLARACIÓN DE LA COORDINADORA EN LA EAN

14. DECLARACIÓN

Declaro, para los debidos fines de derecho, que el presente Plan de Trabajo ha sido apreciado y aprobado por mi.

Nombre Alejandra Torres Herrera		Firma  Firmado por: 49F9BF7956454CF...
Posición Coordinadora de Movilidad y Proyección Global	Fecha 26/08/2024	